



Um jornal feito especialmente pra você, guabirubense!

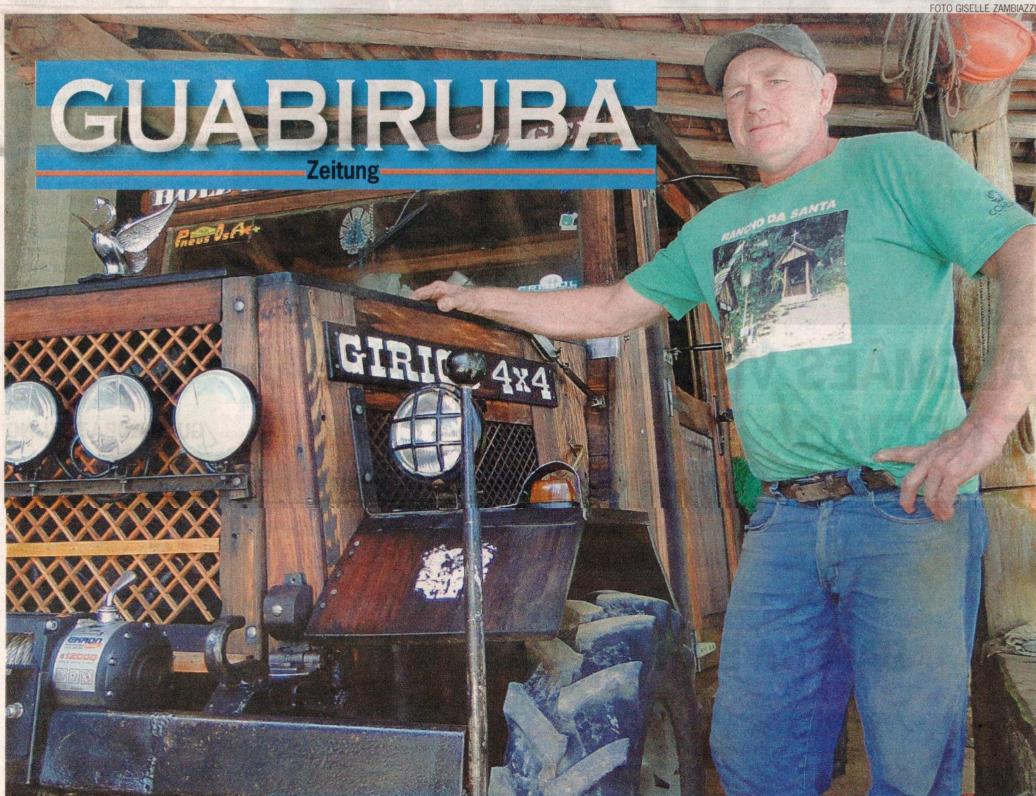
LIGUE E ASSINE 3354.3477

GUABIRUBA
Zeilung

FOTO GISELLE ZAMBIAZZI

GUABIRUBA

Zeilung



CONHEÇA O INVENTOR DO GIRICO DA GUABIRUBA SUL

CONFIRA NA PÁGINA 09



SINSEB RECOLHE ASSINATURAS PARA PROJETO QUE BUSCA DERRUBAR AS ALTERAÇÕES NA CLT

OSindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, Guabiruba e Botuverá (Sinseb) está colaborando com o Fórum Sindicato de Brusque na coleta de assinaturas com o intuito de criar um projeto de lei de iniciativa popular que dispõe sobre a revogação das mudanças que desmontam a CLT – a legislação que determina sobre as leis trabalhistas.

Tais mudanças estão descritas na Lei nº 13.467, aprovada este ano e que entra em vigor a partir deste mês. No próximo dia 11 deverá sair uma nova medida provisória que deverá ainda fazer novas alterações sobre as alterações.

O Sinseb pretende unir as assinaturas coletadas entre seus servidores e a população em geral com as outras assinaturas que estão sendo coletadas em nível nacional por outras entidades. O objetivo é

recolher pelo menos duas milhões de assinaturas no total.

Os representantes do Sinseb, em ato simbólico, já assinaram o documento como forma de demonstrar o apoio do sindicato à movimentação. O pedido de revogação está disponível na sede do sindicato, localizado na Rua Manoel Tavares, 60, no Centro de Brusque. "Todos seremos prejudicados com a reforma, mesmo os servidores públicos, que muitas vezes têm maridos, esposas, filhos ou parentes na iniciativa privada que serão duramente prejudicados. Por isso, nossa participação é tão importante", destaca o presidente da entidade, Orlando Soares Filho.

Ponto Facultativo

Nesta sexta-feira, 3, devido ao feriado, o Sinseb informa que não terá expediente por aderir ao ponto facultativo. Para mais informações, o telefone é (47) 3351-0328.



Alterações na CLT

Conferir algumas das mudanças na relação entre empregador e trabalhador com a legislação que altera a Consolidação das Leis do Trabalho:

Acordo sobre o legislado

Os acordos coletivos passam a valer mais do que aquilo que está na CLT. Antes, a legislação permitia que empresas e representantes dos trabalhadores fizessem negociações

sobre alguns pontos específicos.

Agora, os acordos coletivos passam a ter mais força que a própria CLT. Os críticos do desmonte afirmam que os trabalhadores perdem força de negociação e acabarão se vendo obrigados a aceitar condições impostas pelas empresas para não perder o emprego e qualquer questão poderá ser definida a partir desses acordos, desde os salários até as condições de trabalho, jornada, insalubridade, etc.

GERAL